



AVISO IMPORTANTE:

Este é um **Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA **APOSTILA COMPLETA?**



Conteúdo totalmente
alinhado ao edital



Teoria **clara, objetiva**
e sempre **atualizada**



Questões **gabaritadas**



Diferentes práticas que
otimizam seus estudos



Ter o material
certo em mãos
transforma sua
preparação e
aproxima você da
APROVAÇÃO.



Garanta agora o acesso completo e
aumente suas chances de aprovação:

<https://www.editoragabaritei.com.br/>





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFBA

Enfermeiro/Área

EDITAL Nº 7, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

GBT-075ST-26

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.	7
Tipologia e Gêneros Textuais.	9
Variação Linguística.	15
O processo de comunicação e as funções da linguagem.	17
Processos de formação de palavras.	21
Norma ortográfica.	23
Morfossintaxe das classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, numerais e os seus respectivos empregos. Verbo.	28
Concordância verbal e nominal.	38
Regência nominal e verbal.	40
Coesão e Coerência Textuais.	43
Relações semântico-lexicais, como metáfora, metonímia, antonímia, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, reiteração, comparação, redundância e outras.	45
Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).	47
Pontuação.	53
Funções do “que” e do “se”.	55
Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos.	58
Uso da Crase.....	60

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos de Internet e intranet.	63
Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. ...	71
Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações utilizando-se a suíte de escritório Microsoft Office 2013.	83
Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows 7 e 10.	96
Noções de ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico.	101
Noções de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.	105

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública Federal: organização administrativa, princípios constitucionais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).....	121
Administração direta e indireta,.....	129
Agentes públicos, ...	139
Serviços públicos e disposições gerais da Administração Pública previstas na Constituição Federal de 1988, Título III, Capítulo VII.	148
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990): provimento, vacância, remoção, redistribuição, substituição, direitos, vantagens, licenças, afastamentos, deveres, proibições, responsabilidades, regime disciplinar, penalidades, processo administrativo disciplinar e seguridade social do servidor.	164
Ética no 2021): princípios, objetivos, fases da licitação, contratação direta, dispensa e inexigibilidade, modalidades, critérios de julgamento, gestão e fiscalização contratual, sanções administrativas, nulidades e controle das contratações públicas.	188
Controle na Administração Pública: controle interno e externo, prestação de contas, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; atuação dos Tribunais de Contas e demais órgãos de controle.	193
Transparência Pública e Acesso à Informação: Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012), transparência ativa e passiva, classificação e desclassificação de informações, sigilo e acesso às informações públicas.	197
Proteção e Tratamento de Dados Pessoais na Administração Pública: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018); fundamentos e princípios da proteção de dados; tratamento de dados pessoais pelo poder público; bases legais para o tratamento de dados; direitos do titular; dados pessoais sensíveis; compartilhamento de dados pela Administração Pública; segurança da informação; boas práticas e governança em privacidade; responsabilidade dos agentes de tratamento; incidentes de segurança e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); transparência e compatibilização entre a LGPD e a Lei de Acesso à Informação.	216
Governo Digital e Transformação Digital no Setor Público: princípios, diretrizes e instrumentos do Governo Digital; simplificação de serviços públicos; atendimento digital ao cidadão; gestão eletrônica de documentos; interoperabilidade de sistemas e segurança da informação.	230
Atendimento ao público e relacionamento interpessoal: comunicação institucional, qualidade no atendimento, acessibilidade, inclusão, diversidade e respeito aos direitos dos cidadãos.	238
Gestão documental e arquivística: produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos físicos e digitais; preservação documental e acesso à informação.	244

Sustentabilidade na Administração Pública: responsabilidade socioambiental, gestão sustentável de recursos, eficiência energética, consumo consciente e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)...	250
Noções de gestão de riscos, integridade e compliance no setor público: governança, gestão de riscos, controles internos, prevenção à fraude e à corrupção, programas de integridade e accountability.	254
Acessibilidade e inclusão no serviço público: legislação aplicável, atendimento inclusivo e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.	264
Redação oficial e comunicações administrativas: correspondências oficiais, elaboração de documentos administrativos e aplicação do Manual de Redação da Presidência da República.	287

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei nº 7.498/1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.)	303
Gerenciamento dos Serviços de Enfermagem.	305
Processo de trabalho em Enfermagem;	309
Auditoria em Saúde e em Enfermagem;	310
Supervisão em Enfermagem;	313
Mudanças em Enfermagem;	320
Planejamento em Enfermagem.	320
Lei do Exercício Profissional: Atribuições da equipe de Enfermagem conforme a lei; funções privativas do enfermeiro; Conduta profissional segundo a Lei e o Código de Ética.	323
Saúde do trabalhador: Doenças ocupacionais.	330
Biossegurança;	331
A vigilância epidemiológica no contexto da Enfermagem.	336
Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem (princípios básicos do exame físico e adequação aos diagnósticos de enfermagem).	339
Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de Enfermagem com base na Taxonomia da “Associação Norte-Americana de Diagnóstico em Enfermagem” (NANDA), Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e Avaliação da Assistência de Enfermagem (NOC), documentação e registro.	352
Princípios da administração de medicamentos: Cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa.	358
Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar.	367
O Processo de Enfermagem na organização da assistência de Enfermagem peri operatória: Planejamento da assistência de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Papel do enfermeiro no centro cirúrgico e central de esterilização.	371

Assistência de Enfermagem a adultos e idosos com alterações clínicas nos sistemas orgânicos, de acordo com as necessidades humanas básicas utilizando o processo de enfermagem: Modelos de intervenção na saúde da população idosa.	382
Assistência de enfermagem a pacientes com doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e imunodeficiência.	391
Planejamento da assistência de Enfermagem nas alterações dos sistemas hematopoiético, gastrointestinal, cardiovascular, respiratório, renal, geniturinário, endócrino, nervoso e musculoesquelético.	397
Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência:	457
Assistência de Enfermagem a pacientes com lesões por queimaduras.	480
Assistência de Enfermagem em doenças infecciosas.	487
Assistência de Enfermagem na função imunológica: Avanços da imunologia: Engenharia genética e células tronco.	488
Assistência de Enfermagem em unidade de terapia intensiva adulto, pediátrico e neonatal. Aplicações terapêuticas e procedimentos tecnológicos aos clientes em estado crítico e/ou com intercorrências clínico cirúrgicas (cirurgias gerais, vasculares, ginecológicas, proctológicas, urológicas e neurocirurgia).....	497
Assistência pós-operatória a portadores de: feridas cirúrgicas, cateteres, drenos e balanço hidroeletrólítico.	504
Enfermagem no programa de assistência domiciliar.....	514
Planejamento e promoção do ensino de autocuidado ao cliente.	516



▪ **COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.**

LEITURA

A leitura é prática de interação social de linguagem. A leitura, como prática social, exige um leitor crítico que seja capaz de mobilizar seus conhecimentos prévios, quer linguísticos e textuais, quer de mundo, para preencher os vazios do texto, construindo novos significados. Esse leitor parte do já sabido/conhecido, mas, superando esse limite, incorpora, de forma reflexiva, novos significados a seu universo de conhecimento para melhor entender a realidade em que vive.

COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é a análise e decodificação do que está realmente escrito nele, das frases e ideias ali presentes. A compreensão de texto significa decodificá-lo para entender o que foi dito. É a análise objetiva e a assimilação das palavras e ideias presentes no texto.

Para ler e entender um texto é necessário obter dois níveis de leitura: informativa e de reconhecimento.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação/desenvolvimento e a conclusão do texto.

Quando se diz que uma pessoa tem a compreensão de algo, significa que é dotada do perfeito domínio intelectual sobre o assunto.

Para que haja a compreensão de algo, como um texto, por exemplo, é necessária a sua interpretação. Para isso, o indivíduo deve ser capaz de desvendar o significado das construções textuais, com o intuito de compreender o sentido do contexto de uma frase.

Assim, quando não há uma correta interpretação da mensagem, consequentemente não há a correta compreensão da mesma.

INTERPRETAÇÃO

Interpretar é a ação ou efeito que estabelece uma relação de percepção da mensagem que se quer transmitir, seja ela simultânea ou consecutiva, entre duas pessoas ou entidades.

A importância dada às questões de interpretação de textos deve-se ao caráter interdisciplinar, o que equivale dizer que a competência de ler texto interfere decididamente no aprendizado em geral, já que boa parte do conhecimento mais importante

nos chega por meio da linguagem escrita. A maior herança que a escola pode legar aos seus alunos é a competência de ler com autonomia, isto é, de extrair de um texto os seus significados.

Num texto, cada uma das partes está combinada com as outras, criando um todo que não é mero resultado da soma das partes, mas da sua articulação. Assim, a apreensão do significado global resulta de várias leituras acompanhadas de várias hipóteses interpretativas, levantadas a partir da compreensão de dados e informações inscritos no texto lido e do nosso conhecimento do mundo.

A interpretação do texto é o que podemos concluir sobre ele, depois de estabelecer conexões entre o que está escrito e a realidade. São as conclusões que podemos tirar com base nas ideias do autor. Essa análise ocorre de modo subjetivo, e são relacionadas com a dedução do leitor.

A interpretação de texto é o elemento-chave para o resultado acadêmico, eficiência na solução de exercícios e mesmo na compreensão de situações do dia-a-dia.

Além de uma leitura mais atenta e conhecimento prévio sobre o assunto, o elemento de fundamental importância para interpretar e compreender corretamente um texto é ter o domínio da língua.

E mesmo dominando a língua é muito importante ter um dicionário por perto. Isso porque ninguém conhece o significado de todas as palavras e é muito difícil interpretar um texto desconhecendo certos termos.

Dicas para uma boa interpretação de texto:

- Leia todo o texto pausadamente
- Releia o texto e marque todas as palavras que não sabe o significado
- Veja o significado de cada uma delas no dicionário e anote
- Separe os parágrafos do texto e releia um a um fazendo o seu resumo
- Elabore uma pergunta para cada parágrafo e responda
- Questione a forma usada para escrever
- Faça um novo texto com as suas palavras, mas siga as ideias do autor.

Lembre-se que para saber compreender e interpretar muito bem qualquer tipo de texto, é essencial que se leia muito. Quanto mais se lê, mais facilidade de interpretar se tem. E isso é fundamental em qualquer coisa que se faça, desde um concurso, vestibular, até a leitura de um anúncio na rua.

Resumindo:

	Compreensão	Interpretação
O que é	É a análise do que está escrito no texto, a compreensão das frases e ideias presentes.	É o que podemos concluir sobre o que está escrito no texto. É o modo como interpretamos o conteúdo.
Informação	A informação está presente no texto.	A informação está fora do texto, mas tem conexão com ele.
Análise	Trabalha com a objetividade, com as frases e palavras que estão escritas no texto.	Trabalha com a subjetividade, com o que você entendeu sobre o texto.

QUESTÕES

01. SP PARCERIAS - ANALISTA TÉCNIC - 2018 - FCC

Uma compreensão da História

Eu entendo a História num sentido sincrônico, isto é, em que tudo acontece simultaneamente. Por conseguinte, o que procura o romancista – ao menos é o que eu tento fazer – é esboçar um sentido para todo esse caos de fatos gravados na tela do tempo. Sei que esses fatos se deram em tempos distintos, mas procuro encontrar um fio comum entre eles. Não se trata de escapar do presente. Para mim, tudo o que aconteceu está a acontecer. E isto não é novo, já o afirmava o pensador italiano Benedetto Croce, ao escrever: “Toda a História é História contemporânea”. Se tivesse que escolher um sinal que marcasse meu norte de vida, seria essa frase de Croce.

(SARAMAGO, José. As palavras de Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 256)

José Saramago entende que sua função como romancista é

- a) estudar e imaginar a História em seus movimentos sincrônicos predominantes.
- b) ignorar a distinção entre os tempos históricos para mantê-los vivos em seu passado.
- c) buscar traçar uma linha contínua de sentido entre fatos dispersos em tempos distintos.
- d) fazer predominar o sentido do tempo em que se vive sobre o tempo em que se viveu.
- e) expressar as diferenças entre os tempos históricos de modo a valorizá-las em si mesmas.

02. PREF. DE CHAPECÓ – SC – ENGENHEIRO DE TRÂNSITO – 2016 - IOBV

Por Jonas Valente*, especial para este blog.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Crimes Cibernéticos da Câmara dos Deputados divulgou seu relatório final. Nele, apresenta proposta de diversos projetos de lei com a justificativa de combater delitos na rede. Mas o conteúdo dessas proposições é explosivo e pode mudar a Internet como a conhecemos hoje no Brasil, criando um ambiente de censura na web, ampliando a repressão ao acesso a filmes, séries e outros conteúdos não oficiais, retirando direitos dos internautas e transformando redes sociais e outros aplicativos em máquinas de vigilância.

Não é de hoje que o discurso da segurança na Internet é usado para tentar atacar o caráter livre, plural e diverso da Internet. Como há dificuldades de se apurar crimes na rede, as soluções buscam criminalizar o máximo possível e transformar a navegação em algo controlado, violando o princípio da presunção da inocência previsto na Constituição Federal. No caso dos crimes contra a honra, a solução adotada pode ter um impacto trágico para o debate democrático nas redes sociais – atualmente tão importante quanto aquele realizado nas ruas e outros locais da vida off line. Além disso, as propostas mutilam o Marco Civil da Internet, lei aprovada depois de amplo debate na sociedade e que é referência internacional. (*BLOG DO SAKAMOTO, L. 04/04/2016)

Após a leitura atenta do texto, analise as afirmações feitas:

- I. O jornalista Jonas Valente está fazendo um elogio à visão equilibrada e vanguardista da Comissão Parlamentar que legisla sobre crimes cibernéticos na Câmara dos Deputados.
- II. O Marco Civil da Internet é considerado um avanço em todos os sentidos, e a referida Comissão Parlamentar está querendo cercear o direito à plena execução deste marco.
- III. Há o temor que o acesso a filmes, séries, informações em geral e o livre modo de se expressar venham a sofrer censura com a nova lei que pode ser aprovada na Câmara dos Deputados.
- IV. A navegação na internet, como algo controlado, na visão do jornalista, está longe de se concretizar através das leis a serem votadas no Congresso Nacional.
- V. Combater os crimes da internet com a censura, para o jornalista, está longe de ser uma estratégia correta, sendo mesmo perversa e manipuladora.

Assinale a opção que contém **todas** as alternativas corretas.

- a) I, II, III.
- b) II, III, IV.
- c) II, III, V.
- d) II, IV, V.

03. PREF. DE SÃO GONÇALO – RJ – ANALISTA DE CONTABILIDADE – 2017 - BIO-RIO

Édipo-rei

Diante do palácio de Édipo. Um grupo de crianças está ajoelhado nos degraus da entrada. Cada um tem na mão um ramo de oliveira. De pé, no meio delas, está o sacerdote de Zeus.

(Édipo-Rei, Sófocles, RS: L&PM, 2013)

O texto é a parte introdutória de uma das maiores peças trágicas do teatro grego e exemplifica o modo descritivo de organização discursiva. O elemento abaixo que NÃO está presente nessa descrição é:

- a) a localização da cena descrita.
- b) a identificação dos personagens presentes.
- c) a distribuição espacial dos personagens.
- d) o processo descritivo das partes para o todo.
- e) a descrição de base visual.

04. MPE-RJ – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCESSUAL – 2016 - FGV

Problemas Sociais Urbanos

Brasil escola

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à

NOÇÕES DE INFORMÁTICA



▪ CONCEITOS DE INTERNET E INTRANET.

INTERNET

A internet é uma rede global de computadores interligados que utilizam uma série de regras de comunicação para trocarem informações entre si. Ela surgiu em 1974, quando alguns pesquisadores criaram o Internet Protocol Suite ou TCP/IP, que um protocolo de comunicação entre computadores.

Com esse protocolo, cada computador possui um endereço único que servirá para que outros computadores o localizem. Esse endereço, chamado de IP, é o ponto fundamental para conectar um dispositivo à internet. O IP também é utilizado em redes locais, como por exemplo quando você tem um roteador em casa: esse dispositivo tem um IP próprio com o qual ele se conecta à internet e o seu computador tem um outro IP com o qual ele se conecta ao roteador. Para trocar informações, todos esses dispositivos utilizam uma série de protocolos que nada mais são do que regras de comunicação. Um dos protocolos mais comuns é o TCP, considerado uma das bases da internet sendo que várias regras de comunicação dentro desse contexto baseiam-se nele.

Qual a diferença entre internet e web?

A internet é a rede de computadores, a Web que é um sistema de documentos interligados que acessamos na internet através de um navegador, é o famoso www (World Wide Web). Ao utilizar um navegador, você está, na prática, fazendo uma série de pedidos de informação para servidores na internet. Esses pedidos são feitos utilizando regras específicas que permitem que os servidores e seu navegador troquem informações. Logo, quando colocamos um endereço na barra do navegador, como por exemplo <http://gitbook.io>, ele gera um pequeno pacote com informações e envia para a internet. Este arquivo é utilizado para encontrar o servidor (dependendo do porte do site, podem ser vários servidores!) onde se encontram os arquivos do gitbook que então envia para seu computador, de usuário, as informações pedidas e que são exibidas pelo seu navegador.

De onde vem as informações dos sites?

Enviar arquivos para a internet quer dizer que estes arquivos estão sendo disponibilizados na rede através da placa de rede do seu computador. Ela envia o dado que é capturado pelo seu provedor de internet, que em seguida envia para servidores que contêm um sistema chamado DNS (Sistema de Nomes de Domínios), que, por sua vez, descobrem o servidor que contém as informações e arquivos do site que você está buscando. Estes tais servidores DNS são computadores que possuem o endereçamento de vários outros servidores e ajudam a mapear as informações da rede.

Ao receber todas as informações do servidor, seu navegador realiza sua leitura e as exibe em formato de página web. Essas informações vêm em vários formatos, como texto, imagem e vídeos. A informação textual divide-se em duas partes: uma que descreve como a página web deve se apresentar e se comportar e outra que contém o conteúdo a ser exibido.

Arquitetura cliente/servidor

A arquitetura Cliente/Servidor é aquela em que o usuário utiliza um terminal para acessar sistemas ou dados que estão armazenados em um computador conectado à internet, chamado de servidor.

Fica fácil entender esta arquitetura quando pensamos, por exemplo, em um sistema como um site de ouvir música, no qual um terminal - cliente - pode ser um celular ou um navegador web, os dados são as músicas, o sistema é um gerenciador de "playlists" e ambos estão armazenados no servidor.

Mas, e a relação com a expressão Cliente/Servidor?

Bem, nessa arquitetura, cliente é o terminal de acesso e servidor é o computador que contém os arquivos. A conexão entre os dois é realizada via internet, sendo que os servidores estão localizados em diversos lugares do mundo. A informação que o usuário está acessando de seu terminal pode estar armazenada em qualquer continente, inclusive na mesma cidade em que ele está, dependendo de onde o sistema tiver sido hospedado.

Um servidor pode atuar de diversas formas, sendo que seu funcionamento básico é o envio de informações pedidas em um dado terminal que está conectado a ele, localmente ou não. Um servidor pode receber diversos parâmetros enviados pelo cliente por ações do usuário e a resposta que o servidor retornará ao cliente será baseada no processamento dessas informações.

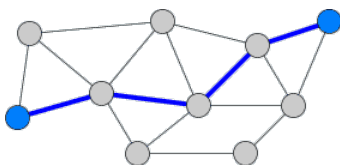
De onde vem a internet ?

A internet surgiu lá na época da Guerra Fria (1947 – 1991). Foi desenvolvida pelos norte-americanos com o intuito de se comunicarem com seu exército durante a guerra caso os meios de comunicação tradicionais da época fossem destruídos em ataques.

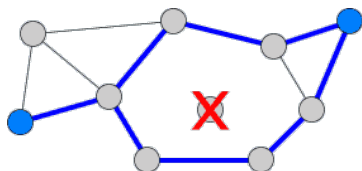
Originalmente, a Internet era uma rede militar dos EUA (conhecida como ARPANET). O objetivo era criar uma rede resistente à ataques: se um ponto da rede fosse destruído, as informações deveriam continuar a circular.

A agência norte-americana Advanced Research and Projects Agency (ARPA) objetivava conectar os computadores dos seus departamentos de pesquisa. A Internet nasceu a partir da ARPA-NET, que interligava quatro instituições: Universidade da Califórnia, LA e Santa Bárbara; Instituto de Pesquisa de Stanford e Universidade de Utah, tendo início em 1969.

Assim, a Internet foi projetada, desde o início, como uma teia de aranha.



Se um ponto da rede é destruído, as outras partes da rede podem continuar a se comunicar entre elas, pois as informações utilizam, automaticamente, outro caminho.



Este sistema ainda está ativo hoje: ao enviar ou receber informações pela Internet, os pacotes de dados passam por dezenas de computadores diferentes e podem até utilizar caminhos diferentes. (Um programa como o traceroute pode ver os computadores através dos quais transitam os pacotes.)

É a «teia de aranha» que está na origem da palavra «web» (que literalmente significa «aranha») e «World Wide Web» («World Wide Web», um termo que geralmente usado para se referir a páginas HTML ligados entre si).

Entre 1970 e 1980, a internet deixou de ser uma ferramenta usada somente pelo governo e passou a ser utilizada para fins acadêmicos. A partir de 1990, começou a ser usada pela população em geral, através de serviços de empresas que começaram a oferecer conexão de internet empresarial e residencial.

No mesmo ano, o inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu o World Wide Web, o famoso WWW, um sistema que dá acesso às informações apresentadas em documentos em forma de hipertexto. Ou seja, um site que você acessa, como mostra o exemplo abaixo!



Junto com esse sistema, também começaram a surgir os navegadores, como, por exemplo, o Internet Explorer.



Os pesquisadores e estudiosos do assunto receberam o projeto à disposição, para trabalhar. Deste estudo que perdurou na década de 70, nasceu o TCP/IP (Transmission Control Protocol / Internet Protocol), grupo de protocolos que é a base da Internet desde aqueles tempos até hoje.

A Universidade da Califórnia de Berkeley implantou os protocolos TCP/IP ao Sistema Operacional UNIX, possibilitando a integração de várias universidades à ARPANET.

Nesta época, início da década de 80, redes de computadores de outros centros de pesquisa foram integrados à rede da ARPA. Em 1985, a entidade americana National Science Foundation (NSF) interligou os supercomputadores do seu centro de pesquisa, a NSFNET, que no ano seguinte entrou para a ARPANET.

A ARPANET e a NSFNET passaram a ser as duas espinhas dorsais (backbone) de uma nova rede que junto com os demais computadores ligados a elas, era a INTERNET.

Dois anos depois, em 1988, a NSFNET passou a ser mantida com apoio das organizações IBM, MCI (empresa de telecomunicações) e MERIT (instituição responsável pela rede de computadores de instituições educacionais de Michigan), que formaram uma associação conhecida como Advanced Network and Services (ANS).

Em 1990 o backbone ARPANET foi desativado, criando-se em seu lugar o backbone Defense Research Internet (DRI); em 1991/1992 a ANSNET, que passou a ser o backbone principal da Internet; nessa mesma época iniciou-se o desenvolvimento de um backbone europeu (EBONE), interligando alguns países da Europa à Internet.

A partir de 1993 a Internet deixou de ser uma instituição de natureza apenas acadêmica e passou a ser explorada comercialmente, tanto para a construção de novos backbones por empresas privadas (PSI, UUnet, Sprint,...) como para fornecimento de serviços diversos, abertura essa a nível mundial.

Como Funciona a Internet

Uma das dúvidas mais frequentes sobre a Internet é: quem controla seu funcionamento? É inconcebível para a maioria das pessoas que nenhum grupo ou organização controle essa ampla rede mundial. A verdade é que não há nenhum gerenciamento centralizado para a Internet. Pelo contrário, é uma reunião de milhares de redes e organizações individuais, cada uma delas é administrada e sustentada por seu próprio usuário. Cada rede colabora com outras redes para dirigir o tráfego da Internet, de modo que as informações possam percorrê-las. Juntas, todas essas redes e organizações formam o mundo conectado da Internet. Para que redes e computadores cooperem desse modo, entretanto, é necessário que haja um acordo geral sobre alguns itens como procedimentos na Internet e padrões para protocolos. Esses procedimentos e padrões encontram-se em RFCs (requests for comment ou solicitações para comentários) sobre os quais os usuários e organizações estão de acordo.

Diversos grupos orientam o crescimento da Internet ajudando a estabelecer padrões e orientando as pessoas sobre a maneira adequada de usar a Internet. Talvez o mais importante seja a Internet Society, um grupo privado sem fins lucrativos. A Internet Society suporta o trabalho da Internet Activities Board (IAB), a qual controla muitas das emissões por trás das cenas e arquitetura da Internet. A Internet Engineering Task Force da IAB é responsável pela supervisão do envolvimento dos protocolos TCP/IP da Internet. A Internet Research Task Force da IAB trabalha na tecnologia da rede. A IAB também é responsável pela designação de endereços IP da rede através de Internet Assigned Numbers Authority. Além disso, dirige a Internet Registry (Central de Registros da Internet), que controla o Domain Name System (Sistema de Nomes de Domínio) e trata da associação de nomes de referência a endereços IP World Wide Web Consortium (W3 Consortium, Consórcio da Teia Mundial) desenvolve padrões para a evolução da parte de crescimento mais rápido da Internet, a Teia Mundial (World Wide Web). Um consórcio da indústria, controlado pelo Laboratory for Computer Science no Massachusetts Institute of Technology, colabora com organizações por todo o mundo, como o CERN, os originadores da Teia. Ele serve como um depósito de informações sobre a Teia para desenvolvedores e usuários; implementa padrões da Teia e realiza protótipos, e usa aplicações exemplo para demonstrar nova tecnologia.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



▪ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA)

NOÇÕES BÁSICAS DE ADMINISTRAÇÃO

Prezado(a) Candidato(a), para entendermos o assunto de “Noções Básicas de Administração”, o conceito de “Organizações” é essencial de se compreender previamente, tendo em vista que a Administração se relaciona com a maneira de gestão das organizações.

Conceito de Organização

Organização é uma palavra originada do Grego “*organon*” que significa instrumento, utensílio, órgão ou aquilo com que se trabalha. Palavra que também pode ser entendida, como a forma que se dispõe um sistema (conjunto de elementos), em relação ao modo como eles estão organizados, ou seja, como os diversos elementos que o compõe estão coordenados e dispostos em um espaço.

No entanto, o conceito que queremos destacar se traduz à forma como ela é aplicada, seja na organização escolar, na organização empresarial, na organização pessoal, na organização de eventos, na organização doméstica, etc.

Pois em todas essas aplicações, o sentido de organização se baseia na forma com as pessoas se inter-relacionam e na disposição e distribuição dos diversos elementos envolvidos (recursos humanos e materiais), que sempre tem em vista a concretização de um mesmo objetivo.

Organização Empresarial

Uma organização empresarial é formada por duas ou mais pessoas, que executam tarefas de modo controlado e coordenado, por meio da divisão e atribuição de responsabilidades, visando um mesmo objetivo em comum e a máxima qualidade do processo de trabalho.

Dependendo do tipo de organização (pública ou privada, entidade econômica ou social), há uma pessoa que exerce um papel

fundamental perante as funções de: liderança, planejamento, controle dos recursos humanos/materiais, financeiros e tecnológicos disponíveis na empresa.

Quanto a estrutura de uma organização, esta pode ser formal ou informal. Uma organização formal é planejada e estruturada seguindo um regulamento interno. Já uma organização informal são as relações geradas espontaneamente entre as pessoas, resultado do próprio funcionamento e evolução de uma empresa.

Alguns elementos estão diretamente associados a uma organização, como por exemplo, clientes, fornecedores, concorrentes, comunicação social, etc. Por isso, também merecem a atenção das empresas.

Tipos e Importância das Organizações

A criação de uma organização sempre está fundamentada a algum propósito, ou seja, a algum objetivo, que podem ser vinculados ao desenvolvimento de produtos ou a prestação de serviços para a satisfação das necessidades humanas.

Quanto ao tipo destas organizações elas podem ser: públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, permanentes ou temporárias. Vejamos algumas definições:

Organização Pública: é aquela mantida pelo poder público, isto é, por qualquer nível de governo federal, estadual ou municipal.

Organização Privada: é a mantida pela iniciativa privada, isto é, por pessoas sócias da organização. Também existe a organização mista, na qual esforços públicos são combinados com privados.

Organização com fins Lucrativos: é aquela cujo objetivo é gerar lucro a partir das atividades por ela desenvolvidas, para distribuí-lo aos seus sócios.

Organização sem fins Lucrativos: não tem objetivo de lucro, mas outras finalidades, como amparar os necessitados, desenvolver atividades sociais, congregar pessoas. A ausência da finalidade de lucro não impede que a organização venda mercadorias ou preste serviços remunerados, no entanto o lucro dessa atividade deve ser revertido somente para a organização, e jamais para os seus proprietários.

Organização Permanente: é aquela constituída por prazo indeterminado, em princípio para sempre, sem que isso impeça seu desaparecimento.

Organização Temporária: é a constituída com uma finalidade específica, para desaparecer logo que a atividade tenha sido concluída.

Observe alguns exemplos para a melhor compreensão do assunto:

- A Petrobras é uma organização mista, permanente, com finalidade lucrativa.
- Um consórcio de empresas de engenharia constituído para construir uma estrada é uma organização privada, temporária, com finalidade lucrativa.
- Um hospital municipal e uma associação de moradores são organizações permanentes, sem fins lucrativos, o primeiro público e a segunda privada.

Já a respeito de sua importância podemos citar que:

Servem à Sociedade: são instituições sociais que refletem alguns valores e necessidades culturalmente aceitos.

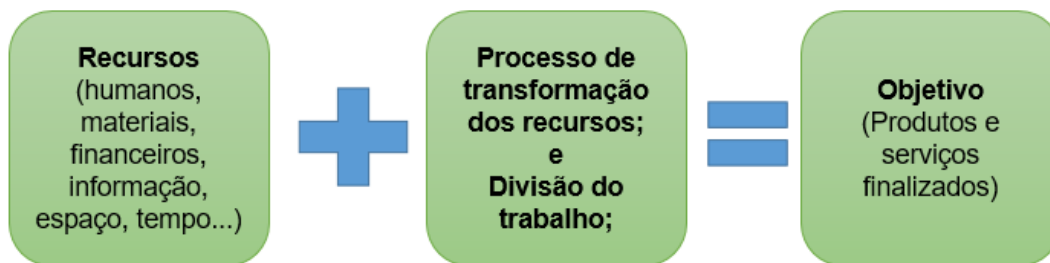
Realizam Objetivos: coordenam os esforços de diferentes indivíduos, permitindo-nos alcançar metas que, de outra forma, seriam muito mais difíceis ou até mesmo impossíveis de serem atingidas.

Preservam o Conhecimento: como as universidades, museus e corporações são essenciais porque guardam e protegem a maior parte do conhecimento que nossa civilização juntou e registrou.

Proporcionam Carreiras: proporcionam aos seus empregados uma fonte de sobrevivência.

Componentes de uma Organização

A figura abaixo apresenta um diagrama mostrando os principais componentes de uma organização, vejamos:



Fonte: Adaptado de Maximiano, 1995.

Com isso podemos observar que toda organização é composta pelo que chamamos de *inputs* e *outputs*, ou seja, entrada e saída, respectivamente, que ao passarem pelo processo de transformação, são convergidos em objetivos, e claro, nos produtos ou serviços que serão ofertados aos clientes.

Maximiano reforça que toda organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo, e se utiliza de dois componentes importantes: *processo de transformação* e *divisão do trabalho*, como apresentado na figura acima.

Posto isso, para sua melhor compreensão, estudaremos a seguir cada um destes componentes.

Recursos

Os recursos são os meios ou ativos de que dispõem as empresas para a realização da produção. Quanto mais recursos as empresas tiverem ao seu alcance, melhor será o seu funcionamento e resultados, e quanto menos recursos tiverem, maiores as dificuldades no alcance de seus objetivos.

Porém, excesso de recursos significa uma aplicação pouco rentável para uma empresa, por isso a organização administrativa procura a máxima rentabilização dos recursos necessários para a obtenção dos objetivos.

Existe uma variedade de recursos empresariais, porém os recursos mais importantes são os seguintes:

1. Recursos Materiais: são os recursos físicos, como edifícios, prédios, máquinas, equipamentos, instalações, ferramentas, matérias-primas etc.

2. Recursos Financeiros: são recursos monetários, como capital, dinheiro em caixa ou em bancos, créditos, investimentos, contas a receber etc.

3. Recursos Humanos: são as pessoas que trabalham em todos os níveis da empresa, desde o presidente até o mais humilde dos operários. Na verdade, as pessoas são os únicos recursos vivos e inteligentes de uma empresa, capazes de lidar com todos os demais recursos empresariais.

Os recursos humanos estão distribuídos em todos os níveis de uma organização, desde o nível estratégico até o nível operacional, e este é o recurso mais importante que uma organização pode ter atualmente.

Alguns economistas denominam os recursos empresariais como fatores de produção, pois para eles, a produção de riqueza somente ocorre quando três fatores de produção estão presentes: a natureza, o capital e o trabalho.

Natureza: representa os meios que proporcionam matéria-prima, máquinas e equipamentos.

Capital: representa os meios que financiam a produção.

Trabalho: representa a mão de obra que transforma a matéria-prima em produto acabado ou serviço prestado, com a ajuda de máquinas e equipamentos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



▪ **LEI Nº 7.498/1986 (DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)**

LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986¹

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da enfermagem em todo o território nacional, observadas as disposições desta lei.

Art. 2º A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício.

Parágrafo único. A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

Art. 3º O planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem.

Art. 4º A programação de enfermagem inclui a prescrição da assistência de enfermagem.

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º São enfermeiros:

I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II - o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei;

III - o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e a titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz;

IV - aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, obtiverem título de Enfermeiro conforme o disposto na alínea d do art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

Art. 7º São Técnicos de Enfermagem:

I - o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente;

II - o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem.

Art. 8º São Auxiliares de Enfermagem:

I - o titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da lei e registrado no órgão competente;

II - o titular de diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III - o titular do diploma ou certificado a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV - o titular de certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congênere da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto-lei nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V - o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI - o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 9º São Parteiros:

I - a titular do certificado previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II - a titular do diploma ou certificado de Parteira, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil, até 2 (dois) anos após a publicação desta lei, como certificado de Parteira.

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:

1 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm - acesso em 29.09.2026.

I - privativamente:

- a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;
- b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;
- d) (VETADO);
- e) (VETADO);
- f) (VETADO);
- g) (VETADO);
- h) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
- i) consulta de enfermagem;
- j) prescrição da assistência de enfermagem;
- l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- m) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - como integrante da equipe de saúde:

- a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- c) prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
- e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;
- f) prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de enfermagem;
- g) assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;
- h) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- i) execução do parto sem distócia;
- j) educação visando à melhoria de saúde da população.

Parágrafo único. As profissionais referidas no inciso II do art. 6º desta lei incumbe, ainda:

- a) assistência à parturiente e ao parto normal;
- b) identificação das distócias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;
- c) realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária.

Art. 12. O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

- a) participar da programação da assistência de enfermagem;
- b) executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta lei;
- c) participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
- d) participar da equipe de saúde.

Art. 13. O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível

de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente:

- a) observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;
- b) executar ações de tratamento simples;
- c) prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;
- d) participar da equipe de saúde.

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. As atividades referidas nos arts. 12 e 13 desta lei, quando exercidas em instituições de saúde, públicas e privadas, e em programas de saúde, somente podem ser desempenhadas sob orientação e supervisão de Enfermeiro.

Art. 15-A. O piso salarial nacional dos Enfermeiros contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais celetistas de que tratam os arts. 7º, 8º e 9º desta Lei é fixado com base no piso estabelecido no caput deste artigo, para o Enfermeiro, na razão de: (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

I - 70% (setenta por cento) para o Técnico de Enfermagem; (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

II - 50% (cinquenta por cento) para o Auxiliar de Enfermagem e para a Parteira. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Art. 15-B. O piso salarial nacional dos Enfermeiros contratados sob o regime dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Parágrafo único. O piso salarial dos servidores de que tratam os arts. 7º, 8º e 9º desta Lei é fixado com base no piso estabelecido no caput deste artigo, para o Enfermeiro, na razão de: (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

I - 70% (setenta por cento) para o Técnico de Enfermagem; (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

II - 50% (cinquenta por cento) para o Auxiliar de Enfermagem e para a Parteira. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Art. 15-C. O piso salarial nacional dos Enfermeiros servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações será de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Parágrafo único. O piso salarial dos servidores de que tratam os arts. 7º, 8º e 9º desta Lei é fixado com base no piso estabelecido no caput deste artigo, para o Enfermeiro, na razão de: (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

I - 70% (setenta por cento) para o Técnico de Enfermagem; (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

II - 50% (cinquenta por cento) para o Auxiliar de Enfermagem e para a Parteira. (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Art. 15-D. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 14.434, de 2022)

Art. 15-E. As instituições de saúde, públicas e privadas, ofertarão aos profissionais de enfermagem referidos no parágrafo único do art. 2º condições adequadas de repouso, durante todo o horário de trabalho. (Incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

Parágrafo único. Os locais de repouso dos profissionais de enfermagem devem, na forma do regulamento: (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

I - ser destinados especificamente para o descanso dos profissionais de enfermagem; (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

II - ser arejados; (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

III - ser providos de mobiliário adequado; (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

IV - ser dotados de conforto térmico e acústico; (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

V - ser equipados com instalações sanitárias; (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

VI - ter área útil compatível com a quantidade de profissionais diariamente em serviço. (incluído pela Lei nº 14.602, de 2023)

Art. 16. (VETADO).

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. (VETADO).

Art. 19. (VETADO).

Art. 20. Os órgãos de pessoal da administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios observarão, no provimento de cargos e funções e na contratação de pessoal de enfermagem, de todos os graus, os preceitos desta lei.

Parágrafo único. Os órgãos a que se refere este artigo promoverão as medidas necessárias à harmonização das situações já existentes com as disposições desta lei, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimentos e salários.

Art. 21. (VETADO).

Art. 22. (VETADO).

Art. 23. O pessoal que se encontra executando tarefas de enfermagem, em virtude de carência de recursos humanos de nível médio nessa área, sem possuir formação específica regulada em lei, será autorizado, pelo Conselho Federal de Enfermagem, a exercer atividades elementares de enfermagem, observado o disposto no art. 15 desta lei.

Parágrafo único. É assegurado aos atendentes de enfermagem, admitidos antes da vigência desta lei, o exercício das atividades elementares da enfermagem, observado o disposto em seu artigo 15. (Redação dada pela Lei nº. 8.967/1994)

Art. 24. (VETADO).

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se (VETADO) as demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

QUESTÕES

01. (ALERJ - ESPECIALISTA LEGISLATIVO - FGV/2026)

Considerando a Lei nº 7.498/1986 e seu regulamento, assinale a opção que apresenta uma atribuição privativa do enfermeiro.

- a) prevenção e controle de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral.
- b) participação no planejamento, na execução e na avaliação da programação de saúde.
- c) participação na elaboração, na execução e na avaliação dos planos assistenciais de saúde.
- d) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem.
- e) prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência.

02. (PREF. CAMPOS NOVOS / SC - ENFERMEIRO - FEPESE/2026)

Sobre a Lei do exercício profissional, é correto afirmar que:

- a) A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas, sendo que a inscrição no Conselho Regional de Enfermagem poderá ser realizada em qualquer jurisdição, independentemente da área de atuação.
- b) É privativo do enfermeiro os cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.
- c) A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.
- d) Cabe ao auxiliar de enfermagem exercer a atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem.
- e) É privativo do enfermeiro: planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem, porém, em sua ausência, tais funções poderão ser delegadas para um técnico de enfermagem.

GABARITO

01	D
02	B

■ GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM.

GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM²

Processo de Trabalho em Enfermagem

O Que é o Serviço de Enfermagem?

É o órgão responsável pelo desenvolvimento dos cuidados de enfermagem; profissionais com formação e competência legalmente estabelecidos; consonância com os padrões de qualidade almejados pela profissão e sintonia com os objetivos organizacionais.

2

<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAE0d0AE/aulas-gerenciamento-dos-servicos-enfermagem>